



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

PARECER

COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 130/2025

Processo nº 2499/2025

Autoria: Vereadora Rosana Pinheiro

Ementa: Institui o “Calendário Municipal do Meio Ambiente”, no Município de Guarapari/ES e dá outras providências.

I. RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 130/2025, de autoria da Vereadora Rosana Pinheiro, foi protocolado em 09 de julho de 2025, sob o Processo Legislativo nº 2499/2025. A proposição pretende instituir o “Calendário Municipal do Meio Ambiente”, reunindo datas comemorativas e eventos relacionados à proteção, conservação e valorização do meio ambiente, a fim de integrar ações de educação ambiental e políticas públicas voltadas à sustentabilidade no Município de Guarapari.

A matéria foi regularmente admitida e incluída na pauta da 29ª Sessão Ordinária de 2025, ocasião em que foi lida em plenário e encaminhada às comissões competentes para emissão de pareceres técnicos. Nesta etapa, a Comissão de Redação e Justiça é chamada a examinar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

O projeto apresenta estrutura normativa simples, composta por dispositivos que definem a natureza do calendário, listam as datas comemorativas ambientais a serem integradas ao calendário oficial do Município e fixam diretrizes para a realização das atividades pedagógicas, culturais e ambientais a ele vinculadas.

Cumprir destacar que o objeto da proposição dialoga com disposições constitucionais e legais já existentes, como o art. 225 da Constituição Federal, que assegura a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

II. VOTO DA RELATORA:

A proposição em exame insere-se na competência legislativa municipal, uma vez que trata de interesse local e de suplementação de normas gerais, em conformidade com o art. 30, I e II, da Constituição Federal. A instituição de um

Rua Getúlio Vargas, nº 299, Centro de Guarapari/ES CEP: 29.200-180



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330030003700380038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

calendário ambiental de caráter oficial é instrumento legítimo para reforçar a política educacional e cultural do Município, além de promover a integração entre sociedade e Poder Público em torno de objetivos ambientais.

Do ponto de vista formal, o projeto foi corretamente apresentado por parlamentar, não incidindo em vício de iniciativa, já que não interfere na estrutura administrativa do Executivo nem cria obrigações que dependam exclusivamente de sua organização interna. A previsão de que caberá ao Executivo regulamentar a lei assegura a necessária discricionariedade administrativa.

Sob a perspectiva da juridicidade, a matéria se alinha à legislação federal de regência. A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) estabelece como dever do Poder Público, em todas as suas esferas, promover a educação ambiental em todos os níveis e fomentar a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. O calendário ora proposto constitui meio concreto de dar cumprimento a esse dever no âmbito municipal.

Ademais, a proposição dialoga com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em tratados ambientais, e também com a Agenda 2030 da ONU, em especial com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à ação climática, preservação da vida terrestre e conservação da vida marinha. Embora não trate diretamente desses instrumentos, a iniciativa local contribui para aproximar a sociedade desses valores universais.

No aspecto da técnica legislativa, a proposição observa os parâmetros da Lei Complementar nº 95/1998, ao dispor de forma clara e objetiva sobre o seu objeto, delimitar o rol de datas comemorativas e prever cláusula de regulamentação e vigência. O texto não apresenta ambiguidades e mantém coerência interna, o que garante sua aplicabilidade prática.

Outro ponto a ser ressaltado é que o projeto não cria despesa obrigatória para o Município, permitindo a execução das ações de forma compartilhada entre Poder Público, sociedade civil organizada, instituições de ensino e entidades privadas. Tal previsão se harmoniza com os princípios da economicidade e da eficiência administrativa, previstos no caput do art. 37 da CF.

É relevante destacar, ainda, o caráter pedagógico da medida, que contribui para a formação de consciência ambiental crítica desde a educação básica até a comunidade em geral. A valorização de datas como o Dia da Água, o Dia da Terra, o Dia da Biodiversidade e o Dia da Proteção à Fauna reforça a importância da continuidade de políticas públicas ambientais no Município.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Não se verifica, portanto, qualquer afronta à ordem constitucional ou a normas infraconstitucionais que inviabilize a tramitação do projeto. Ao contrário, a iniciativa fortalece a legislação local e representa avanço na consolidação de políticas públicas ambientais em Guarapari.

Diante de todo o exposto, o voto é **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 130/2025.

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Redação e Justiça, por **unanimidade** de seus membros, **acompanha o voto do Relator e manifesta-se favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 130/2025.**

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 2025.

ROSANA PINHEIRO
PRESIDENTE

KAMILA ROCHA
RELATORA

ANSELMO BIGOSSO
MEMBRO

